

**CRIA O CONSELHO E O FUNDO MUNICIPAL DE
TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Marino de Lima, Prefeito Municipal de Cajati, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Para implementar a política municipal de turismo, fica criado o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, junto ao Departamento de Esporte, Turismo, Lazer e Meio Ambiente como órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, responsável pela conjunção entre o Poder Público e a sociedade civil.

Artigo 2º - O Município de Cajati, promoverá o turismo como fator de desenvolvimento social, econômico e cultural, através do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

Artigo 3º - O COMTUR tem por objetivo formular a política municipal de turismo, visando criar condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística do Município de Cajati.

Artigo 4º - A política municipal de turismo, a ser exercida em caráter prioritário pelo Município compreende todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Município.

Artigo 5º - O Executivo Municipal, através do órgão criado por esta Lei coordenará todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, visando o estímulo às atividades turísticas no Município, na forma desta Lei e das normas dela decorrentes.

Artigo 6º - O COMTUR, será composto por 10 (dez) membros, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma prorrogação por um período menor ou igual a 02 (dois) anos.

Artigo 7º - O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, terá a seguinte composição:

- I- 02 (dois) representantes escolhidos pelo Chefe do Executivo Municipal;
- II- 01 (um) representante escolhido entre os proprietários de hotéis, pousadas e similares;
- III- 02 (dois) representantes de ONG's – Organização Não Governamentais, com interesse turístico no Município;
- IV- 01 (um) representante escolhido entre os proprietários de restaurantes, bares, lanchonetes e similares;
- V- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente

- VI- 01 (um) representante da Associação Empresarial e Comercial de Cajati (AECOM);
- VII- 02 (dois) representantes do Poder Legislativo Municipal;

§ 1º - O COMTUR poderá ter convidados especiais permanentes, das entidades ou mesmo personalidades, desde que sua indicação seja aprovada em reunião do Conselho.

§ 2º - O Presidente do COMTUR será escolhido entre seus membros, por maioria simples e empossado pelo Prefeito Municipal.

§ 3º - As funções de Membro e Presidente do COMTUR não serão remuneradas.

Artigo 8º - Ao Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, compete:

- I- formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal de turismo;
- II- propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessários ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;
- III- opinar na esfera do Poder Executivo quando solicitado, do Poder Legislativo, sobre Projetos de Leis que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- IV- desenvolver programas e projetos de interesse turísticos visando incrementar o fluxo de turistas ao Município não servindo em hipótese alguma, ao interesse político partidário ou pessoal seja a que título for, ou mesmo, notoriedade política.
- V- estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura adequada à implantação do turismo;
- VI- estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico;
- VII- programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico;
- VIII- manter cadastro de informações turísticas de interesse do Município;
- IX- promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;
- X- apoiar, em nome da Prefeitura Municipal de Cajati, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento turístico do Município;
- XI- implementar convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo, com o objetivo de proceder a intercâmbios de interesse turístico;
- XII- propor planos e financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;
- XIII- emitir parecer relativo a financiamentos de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria turística, na forma que for estabelecida na regulamentação desta Lei;

- XIV- examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados;
- XV- fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados;
- XVI- decidir sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros;
- XVII- organizar seu Regimento Interno.

Artigo 9º - Fica criado o Fundo Municipal de Turismo – FUTUR, de natureza contábil, vinculado ao Departamento de Esporte, Turismo, Lazer e Meio Ambiente, com o artigo 8º da presente Lei.

§ 1º - É vedada a utilização de recursos do FUTUR em despesas com pessoal e respectivo encargo, exceto remuneração por serviços de natureza eventual, vinculados às atividades mencionadas no “caput” deste artigo.

§ 2º - O Departamento de Esporte, Turismo, Lazer e Meio Ambiente aplicará os recursos do FUTUR, eventualmente disponíveis, revertendo ao mesmo seus rendimentos.

§ 3º - O Prefeito Municipal, constatada quaisquer irregularidades na administração do FUTUR, decretará intervenção no mesmo com destituição do Presidente, solicitando imediatamente ao COMTUR a substituição do mesmo.

Artigo 10 – Constituirão receitas do FUTUR:

- I- os preços de cessão de espaços públicos para eventos de cunho turístico e de negócios e o resultado de suas bilheteria quando não revertidos a título de cachês ou direitos;
- II- a venda de publicações turísticas editadas pelo Poder Público;
- III- a participação na renda de filmes e vídeos de propaganda turística do Município;
- IV- créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;
- V- doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais e estrangeira;
- VI- contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas;
- VII- recursos provenientes de convênios que sejam celebrados;
- VIII- produtos de operações de crédito, realizadas pela Prefeitura, observada a legislação pertinente e destinadas a esse fim específico;
- IX- os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis;
- X- outras rendas eventuais.

Artigo 11 – O Executivo Municipal regulamentará através de Decreto a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

LEI MUNICIPAL Nº 778/06

Cajati, 12 de abril de 2006. Fls.04

Artigo 12 – As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta própria do orçamento vigente, suplementadas, se necessárias.

Artigo 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marino de Lima
PREFEITO MUNICIPAL

**REGISTRADO E PUBLICADO NO SERVIÇO DA CHEFIA DA ADMINISTRAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI, aos 12 de abril de 2006.**

Eliana Inácio Garcia Ruiz
DIRETORA DEPTO. ADMINISTRATIVO